Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

100 DIAS

LULA · 3



Retomada do combate às desigualdades

Ministérios buscam garantir direitos e maior inclusão social por meio da reativação de políticas e conselhos

» ÂNDREA MALCHER

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, destaca o resgate da participação social entre as ações da pasta

A área dos direitos humanos, chave para o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), enfrentou diversos desafios nos primeiros 100 dias de governo. Entre os mais recentes, relacionados às denúncias de trabalho análogo à escravidão, deram impulso a diversas ações do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), chefiado pelo ministro Silvio Almeida.

Além de inúmeros casos de resgates de trabalhadores , a pasta esteve ocupada desde o início do mandato com tragédias como enchentes e deslizamentos de terra e ataques violentos às escolas.

Um dos principais aspectos levantados por diversos ministros durante as cerimônias de posses foi o de reconstrução de políticas públicas esvaziadas ou desmontadas durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), em especial o retorno de conselhos. Com o MDHC não foi diferente.

"Nosso primeiro desafio foi resgatar a participação social, coração das políticas de Direitos Humanos. Por isso, reativamos e recompusemos orçamentariamente os conselhos de participação social; criamos a inédita Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; prestigiamos a participação social dos movimentos sociais que lutam pelos direitos das pessoas em situação de rua; restabelecemos a verdadeira missão da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, colocando o Disque 100 como canal prioritário para o recebimento e tratamento de denúncias", disse Almeida ao **Correio**.

Assim, o MDHC trouxe de volta, aos moldes originais, conselhos como o Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes (Conanda) e o Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), e foi além, instituindo o Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras.

Busca por igualdade

No âmbito da busca pela igualdade racial e de gênero, três medidas são destaque: os decretos que estabelecem a obrigatoriedade de, pelo menos, 30% de pessoas negras em cargos comissionados no governo; a igualdade de salários entre homens e mulheres que desempenham a mesma função; e o que equipara os crimes de injúria racial e racismo.

"A injúria racial é uma atitude movida pelo racismo. Quando um sujeito xinga um indivíduo negro ou uma mulher negra de macaca, não faz isso individualmente. Faz porque tem na memória dele que toda a população negra deve ser desumanizada, deve ser animalizada", explica Cristiana Luiz, coordenadora do Movimento Negro Unificado no Distrito Federal (MNU/DF), que ressalta: "Mais do que ter decreto, é preciso ter implementação".

A ministra Anielle Franco, convidada do *CB Poder* de hoje, destacou ao **Correio** como um importante passo o projeto Aquilomba Brasil, uma das sete medidas do pacote pela igualdade racial e que envolve a titulação de territórios quilombolas; e o programa Juventude Negra Viva, "para darmos passos importantes ao combate do genocídio da população preta". "Eu acho que 100 dias ainda é pouco para mensurar muita coisa que a gente está para fazer, mas a gente está caminhando para avançarmos em pautas importantes e continuarmos a dar concretude ao que já foi feito", finaliza Anielle.

O retorno da Comissão da Verdade, que aponta os crimes da ditadura é outra marca do novo governo. "Essas são movimentações fundamentais para que haja um enfrentamento, um reconhecimento das violações cometidas pelo Estado", argumentou Marcelo Nogueira, coordenador da executiva nacional da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD). "Temos um histórico de violações que precisa ser evidenciado, investigado e, evidentemente, punido", completou.

TRAGÉDIA

Escolas criam estratégias de volta às aulas em meio ao luto

» TAINÁ ANDRADE

Após duas semanas, a escola estadual Thomazia Montoro, na Zona Oeste de São Paulo, voltará às aulas hoje. Em 27 de março, o local foi cenário do atentado envolvendo um aluno que esfaqueou a professora de ciências, de 71 anos, e feriu mais cinco pessoas. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, o retorno será aos poucos, primeiramente com três turmas, acompanhadas de profissionais para cuidar da saúde mental do corpo docente.

Cerca de 90 jovens voltarão ainda sem aulas normais, mas com atividades pedagógicas que terão o objetivo de usar a arte para repaginar o local, como a grafitagem. Em um segundo momento, a secretaria prepara rodas de conversas, oficinas de consciência corporal, jogos colaborativos, entre outras atividades. O restante dos alunos da escola voltarão somente na terça-feira (11).

No Sul do país, outra escola também passa por um momento de luto. A prefeitura de Blumenau (SC) decidiu antecipar as férias na rede municipal de ensino para a próxima semana. O recesso ocorre por conta de mudanças anunciadas pelo governo do estado, a serem implementadas com base nas decisões do gabinete de crise, montado por causa do atentado ocorrido, na última quarta-feira (05), na creche Cantinho Bom Pastor. Cinco crianças morreram após um homem pular o muro da instituição e golpear os alunos com uma machadinha. As férias começarão hoje e seguem até 17 de abril.

Na próxima terça-feira será feito um pedido às autoridades municipais para que a creche passe a receber acompanhamento psicológico. A assessora jurídica da escola infantil, Patricia Kasburg, revelou que no momento do episódio traumático havia 25 crianças no parquinho, que presenciaram a cena do ataque.

A segurança nas escolas e Centros de Educacionais do município será ampliada com 125 câmeras de segurança, em pontos específicos, integradas à Central de Controle Operacional e à Polícia Militar, que apoiará a vigilância. Será feita a revisão dos muros, cercamentos, controle e acesso de pessoas a esses locais de ensino.



ROBERTO BRANT

"SE O DIAGNÓSTICO TEM ELEMENTOS DE REALIDADE, AS EMENDAS 45 E 110 NÃO SÃO OS ÚNICOS REMÉDIOS POSSÍVEIS. O PROPÓSITO DA SIMPLIFICAÇÃO É MUITO MAIS BEM ATENDIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 46 QUE SE LIMITA A UNIFICAR AS LEGISLAÇÕES SEM O RISCO DE UMA ALTERAÇÃO RADICAL DO SISTEMA TRIBUTÁRIO"

Uma aventura de alto risco

Na falta de um programa de crescimento com todos os complexos ingredientes que ele implica em termos de objetivos e de recursos, os Ministros da área econômica estão patrocinando uma reforma tributária, com a promessa de que com a mudança dos impostos a economia voltará a crescer. Como se fora só isto o que nos faltasse. Há quem pense que se trata mais de um ato de fé, baseado num pensamento mágico.

A ideia da reforma, tal como está desenhada nas Emendas Constitucionais nº 45 e nº 110, é unificar os vários impostos cobrados pela União, pelos Estados e pelos Municípios, ou seja o ICMS, o ISS, o IPI e as contribuições do PIS/COFINS, em um ou dois impostos, um de competência da União e outro de competência conjugada de Estados e Municípios. A alíquota, em qualquer dos casos será única, estimada em 25% na melhor hipótese, podendo chegar até 30% conforme preveem vários especialistas.

O pretexto da reforma é simplificar a cobrança para os contribuintes e realizar uma maior justiça tributária. De fato, a legislação sobre estes impostos no Brasil é excessivamente complicada e gera muita insegurança jurídica. A verdade é que o Estado brasileiro gasta muito e gasta muito mal e o nosso sistema tributário tem corrido atrás muito improvisadamente para financiar tudo isto, até o ponto de asfixiar as atividades produtivas.

Se o diagnóstico tem elementos de realidade, as Emendas 45 e 110 não são os únicos remédios possíveis. O propósito da simplificação é muito mais bem atendido pela Emenda Constitucional nº 46 que se limita a unificar as legislações sem o risco de uma alteração radical do sistema tributário, que pode causar danos irreversíveis na economia do país. Apesar de as emendas estarem próximas de serem votadas, seus autores não realizaram simulações que possam revelar seus impactos nas diferentes cadeias produtivas de cada setor econômico.

Não é difícil antever alguns impactos de grande alcance da reforma pretendida. O novo imposto vai incidir sobre inúmeros setores e atividades sobre os quais não recaem hoje impostos que vão ser unificados. Para estes, o aumento da carga tributária será imenso. É o caso de educação, saúde, agropecuária, construção civil, o comércio e os serviços pessoais. A indústria e o setor financeiro vão ter aliviado o peso dos impostos que hoje pagam e a conta vai para o plano de saúde, a conta do hospital, a mensalidade escolar, os alimentos, a habitação, os aluguéis, as passagens de transporte, os serviços de profissionais e assim por diante. E o aumento não será brincadeira, de 25 a 30%.

Quanto à segurança jurídica basta dizer que hoje quem contribui com esses impostos são empresas organizadas. Daqui para a frente todas as pessoas físicas se tornarão contribuintes, precisando de emitir notas fiscais e documentos de arrecadação: locatários de imóveis, fazendeiros, médicos, cabelereiros, eletricistas, todos os que fornecem serviços. Toda esta gente vai ter sobre si o espectro do Fisco e o risco de autuações imprevisíveis. Ninguém vai ter mais sossego e tranquilidade, a não que prefira não ser empreendedor, mas trabalhador assalariado.

A implantação da reforma, tal como concebida, vai desorganizar toda a economia e alterar a maioria dos preços relativos, já que tanto um automóvel de alto luxo quanto um litro de leite ou um quilo de pão vão pagar a mesma alíquota de 25 ou 30%. O impacto na inflação e na vida da quase totalidade dos brasileiros vai ser terrível.

O desenvolvimento econômico é um processo complexo e que envolve muitos elementos, não apenas um determinado sistema tributário. Se a reindustrialização do país requer apoio e incentivos, ninguém pode se opor. Mudar todo o sistema tributário e redistribuir de modo tão distorcido a carga dos impostos sobre todos os itens de consumo das pessoas é um preço alto demais para isso e certamente contraproducente.

A única coisa que me deixa verdadeiramente intrigado é como um político como Lula pode estar de acordo com um experimento puramente tecnocrático e de efeitos tão regressivos para a maioria dos brasileiros.

>> DEU NO

www.correiobraziliense.com.br

BH em alerta para deslizamentos

A região Centro-Sul de Belo Horizonte está em alerta para risco geológico devido ao volume de chuva dos últimos dias. O excesso de água deixa o solo encharcado e mais propenso a deslizamentos. O alerta da Defesa Civil da capital vale até a manhã de hoje. Moradores devem ficar atentos aos sinais de risco de desmoronamento e desabamento de estruturas.

Reprodução/Facebook



Embarcação naufragada tem mais uma vítima

Mais uma vítima do naufrágio ocorrido próximo a Bertioga (SP), no litoral paulista, foi encontrada pelo Grupamento de Bombeiros Marítimo da Polícia Militar. Identificado como Júlio César Vicente, 63 anos, ele era uma das 12 pessoas que estavam na embarcação para ir pescar, na última sexta-feira (07). Mais uma pessoa, de 68 anos, foi encontrada morta e as equipes ainda buscam o desaparecido Edson Yoshinaga, 65 anos. As outras pessoas que estavam no barco foram encontradas, segundo testemunhas, com hipotermia, cheirando a combustível, boiando agarradas a pedaços de madeira e isopor.

Rompimento de barragem alaga cidade no Ceará

O rompimento de uma barragem particular, causado pelas fortes chuvas que elevaram o nível do rio Cariús, no sul do Ceará, provocou inundações e alagamento de ruas, casas, comércios e escolas do município de Farias Brito. O rompimento da barragem ocorreu no distrito de Cachoeira dos Bezerras, situado no limite com a cidade de Nova Olinda, e distante do centro do município de Farias Brito.